

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA

PRISCILA FERNANDES

NICTs UMA NOVA ÁGORA?
NOVAS CONFIGURAÇÕES DA POLÍTICA DA ESFERA
GEOGRÁFICA À VIRTUAL

CURITIBA

2012

PRISCILA FERNANDES

NICTs UMA NOVA ÁGORA?

**NOVAS CONFIGURAÇÕES DA POLÍTICA DA ESFERA
GEOGRÁFICA À VIRTUAL**

**Monografia apresentada como requisito final para obtenção
do título de Pós graduação em Comunicação Política e
Imagem, da Universidade Federal do Paraná - UFPR.**

Orientação: Prof. Dr. Sergio Braga.

CURITIBA

2012

RESUMO

O presente trabalho objetiva uma reflexão teórica sobre a possibilidade de participação trazida pelas Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs). São citadas as potencialidades oriundas do advento da rede mundial de computadores entre elas a de ferramenta de participação popular. Para uma pesquisa aprofundada são citadas as transformações sociais, a mídiatização da política, bem como a relação da internet com a política, a “democratização” da informação propiciada pela rede e a possibilidade de interação e de que este cyber local seja um espaço de mobilização popular. Na fundamentação, são trazidos pesquisadores otimistas e, outros nem tanto, sobre as potencialidades de existência de uma ciberdemocracia assim como, uma maior participação popular. Ao final, admitem-se as potencialidades e que a presença das mesmas altera os processos políticos e possibilita uma maior participação e mobilização popular ressaltando, porém, que é preciso ter cautela ao considerar tal meio de comunicação como uma espécie de nova àgora.

Palavras-chave: Democracia, política, internet e participação.

ABSTRACT

This research aims at providing a theoretical review about the possibilities of participation of NTIC (New Technologies of Information and Communication) as a tool for popular participation and democratic transformation. In the research, it is discussed the social changes, the relation between politics and media, as well as the relation between internet and politics; when taken into consideration the democratization of the information that the internet allows, it is possible to consider the interaction that the world wide web provides and the space it creates for popular mobilization. In the theoretical discussion, pessimist and optimist researchers are brought up, considering the potential of the existence of a cyberdemocracy, where there may be a larger popular participation. Finally, these potentials are given credit and are believed to allow a greater popular participation and mobilization, emphasizing, though, the necessity of attention when considering this new communication mean as a new agora.

Descriptors/ KEY WORDS democracy, politics, Internet and participation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. FUNDAMENTAÇÃO.....	09
2.1 POLÍTICA E SOCIEDADE.....	09
2.2. NOVAS CONFIGURAÇÕES DA POLÍTICA.....	13
2.3 INTERNET.....	16
2.3.1 Internet e política.....	20
2.3.2 Internet e participação.....	22
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

O processo de globalização trouxe mudanças em vários setores da sociedade e houve uma “queda nas barreiras de tempo e espaço”. Devido à transformação das noções de tempo e espaço, aparentemente as distancias diminuíram - não uma aproximação física, mas virtual, ou seja, hoje as pessoas têm acesso à informação de vários lugares do mundo, fala-se em tempo real – devido à evolução tecnológica. Em outras palavras, ocorreu um inter-relacionamento e estabelecimento de troca de informações entre os povos através da mediação do sistema de comunicação globalizado.

Este mundo globalizado tem como característica a formação de outras sociedades não apenas a nível da influência de países, mas da criação de uma nova realidade que é “ambientada” pela mídia. Sodré denomina a nova realidade de simulacros¹. No entanto, a globalização exterminou as noções de território e, hoje, a informação é mundial. Para Sodré, a formatação de uma nova realidade é possibilitada por espaços e tempos integrados em rede eletrônica (SODRÉ, 1990, p.25-33).

Alia-se a isso o fato de que a Idade Mídia, período atual, trouxe repercussões em vários âmbitos e, hoje, a sociedade é ambientada pela comunicação. Vale destacar que algumas condições possibilitaram a constituição da sociedade como um ambiente efetivo, no qual se desenvolve uma predominância da mídia sobre outros campos sociais: entre eles o campo da política.

No mundo midiático, que é a sociedade contemporânea, cuja influência da comunicação na área da política é cada vez mais perceptível, é pertinente a reflexão sobre as transformações no campo da política, bem como buscar a compreensão dos motivos e mudanças trazidas pela inclusão do espaço virtual e a sua ligação com a democracia.

O advento das tecnologias de informação e comunicação trouxeram a possibilidade de novas formas de interação da população com a política, entre elas a comunicação digital. Pelo papel que a internet pode desempenhar democraticamente é importante refletir sobre isso. “As diversas opções oferecidas pela internet criam a possibilidade de potencializar o alcance das ações propostas, indo além do número de participantes potencialmente maior, mas também chamando mais atenção da mídia, das autoridades e da sociedade” (FERNANDES, 2011, p.1).

¹ Sodré compreende como simulacro as produções artificiais de imagens, de uma imagem. Não se tratando de uma situação real-histórico, mas de um reflexo do real. Esse conceito é embasado nas teorias da autonomia imagética (SODRÉ, 1990, p.28).

Para compreender melhor as transformações da esfera geográfica em virtual e o papel democrático que a Internet pode desempenhar, o presente trabalho reflete sobre o papel das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs)..

Em função da inclusão das redes sociais como forma de mobilização política devido ao crescimento da utilização da internet, essa tem sido uma temática que vem obtendo cada vez mais espaço nas discussões nas áreas das ciências políticas e da comunicação. Isso se deve ao crescimento da utilização da internet e a gama de possibilidades trazidas. Exemplo dessa importância é que “Algumas estratégias de divulgação online viraram regra entre as manifestações com a participação majoritária de jovens ativistas” (FERNANDES, 2011, p.1). Portanto, neste contexto, refletir sobre o papel das Mídias sociais² - redes sociais/sites de relacionamento³, compartilhamento e microblogging - na reconfiguração da política e da democracia é algo fundamental. Reconhecer a capacidade da internet na facilitação do acesso à informação, a possibilidade de participação e interação pode colaborar, se usada de forma positiva e consciente, para a democracia.

Hoje cunhou-se o termo democracia eletrônica, a qual consiste em encorajar, tanto quanto possível, graças às possibilidades de comunicação interativa e coletiva oferecidas pelo ciberespaço, a expressão e a elaboração dos problemas da cidade pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades locais, a participação nas deliberações por parte dos diretamente afetados pelas decisões, a transparência das políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos (LÉVY, 1999 p.186).

Neste sentido, a inclusão da internet e das redes sociais na comunicação apresentam um potencial promissor para a participação dos cidadãos na esfera virtual – oportunizando uma nova configuração da esfera pública Tendo isso como base, alguns estudiosos da comunicação e da sociologia política ressaltam que as atuais mídias e redes sociais vêm atuando como uma nova praça pública na qual são realizados debates e mobilização social, principalmente por proporcionar uma reciprocidade discursiva.

A internet e as novas tecnologias de comunicação e informação trouxeram várias possibilidades entre elas o debate - uma de maior participação da sociedade no debate público. Devido ao advento da internet e as ferramentas de interação, a mídia deixou de ser a única responsável pela seleção e difusão da informação. Hoje, a internet, permite que seus usuários

² O termo redes sociais é uma categoria de mídia social (TELLES, 2010, p.18).

³ “Sites de relacionamento ou redes sociais são ambientes cujo foco é reunir pessoas, os chamados membros, que, uma vez inscritos, podem expor seu perfil com dados como fotos pessoais, textos, mensagens e vídeos, além de interagir com outros membros, criando listas de amigos e comunidades (TELLES,2010, p.18).

sejam produtores da informação – sem pedir permissão para as mídias de massa já consolidadas - desde que tenham acesso às ferramentas tecnológicas.

Contudo, é importante ressaltar que a internet ainda tem grandes desafios a enfrentar como a do acesso a rede mundial de computadores, entre outros. Tendo em vista que o acesso às novas tecnologias e a capacidade técnica de saber fazer uso desses novos instrumentos é decisivo para que as pessoas possam entrar nesse novo mundo tecnológico e se torne um internauta. As ferramentas estão à “disposição”, porém, nem todos são os “escolhidos” para participar deste processo.

Isso justifica a importância da democratização do acesso aos meios digitais, haja vista que as suas potencialidades, as quais são exemplificadas Castells na afirmação de que a parcela da sociedade que tem acesso às novas tecnologias “desempenhará um papel cada vez mais decisivo na formação da futura cultura” (CASTELLS, 1999, p.383). Essa asseveração de Castells mostra a importância de refletir sobre as possibilidades trazidas por estas novas ferramentas tecnológicas.

Nesse contexto, a presente pesquisa objetiva uma reflexão teórica sobre a possibilidade de participação trazida pelas NICT's. Através da revisão bibliográfica é pensado o papel da internet nessa reconfiguração da política e dos instrumentos de participação e interação. Busca-se refletir sobre as novas configurações da política e da democracia, a partir da inclusão da esfera virtual, bem como compreender o potencial para auxiliar na participação e debate público que as NICT's possuem. Tendo em vista que:

Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico (CASTELLS, 1999, p.26)

Este escrito tem como função e objetivo compreender, através de autores que versam sobre o campo das novas tecnologias, se estas formam um novo espaço de debate, uma espécie de ágora. Embasado nestes estudos que tratam sobre a relação entre sociedade e inovações tecnológicas se faz uma breve revisão bibliográfica mostrando, ainda, exemplos atuais de participação e mobilização através da internet. No trabalho traz-se, também, as formas que alguns agentes políticos, no Brasil, têm utilizado a internet e como, ou, em que medida, o público tem participado ou utilizado as formas de interação oferecidas pelas ferramentas tecnológicas.

Discute-se além disso potencial da web para o aumento da participação popular. A partir da apresentação de pontos positivos e negativos da utilização da internet, do avanço tecnológico e expansão do acesso às formas de comunicação digitais é preciso refletir se elas realmente podem ou não, de alguma forma, auxiliar e propiciar uma maior participação da sociedade nos mais diversos meios.

O itinerário para alcançar tal fim é o seguinte: primeiramente, são apresentadas as transformações pelas quais o mundo passou como a sua midiaticização, o fluxo internacional de informação em escala global e a transformação em uma sociedade de informação. Posteriormente são apresentadas as novas configurações da política, ou seja, como as mudanças sociais atingiram este campo. Apresenta-se o campo da política, a influencia que a mídia detém sobre ele e a falta de uma participação popular. Tendo ainda, uma breve explanação sobre a midiaticização da política, a mudança dos espaços de debate, profissionalização da campanha, etc. No capítulo da fundamentação que versa sobre a internet – fala-se das potencialidades trazidas pelo meio, transformações das noções de tempo e espaço, interação entre receptor e emissor. É trazido ainda noções da política 2.0, exemplos de interação e participação – discursos contra e favoráveis quanto à procedência do conceito de internet como ferramenta de participação.

No capítulo é apresentada a rede mundial de computadores, são explicados conceitos como virtual e ciberespaço. Mostra-se a relação da internet com a política, o uso que os políticos têm feito das redes sociais. Finalmente comentam-se os potenciais para que a internet seja uma ferramenta para participação, bem como espaço de mobilização - trazendo como exemplo a chamada Primavera Árabe.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 POLÍTICA E SOCIEDADE

A sociedade passou por profundas transformações estruturais, desde o modo de vida até à formação do pensamento. Na contemporaneidade, a rigor, isso pode ser exemplificado pela adoção da denominação de sociedade da informação no lugar de pós-industrial. Essa nomeação é explicada por Werthein que descreve os novos paradigmas sociais e técnico-econômicos com a reestruturação do capitalismo, iniciada na década de 80. Para o autor, os conceitos das ciências sociais procuram expressar as transformações técnicas da sociedade industrial, com seus insumos, na sociedade da informação, convergente com as telecomunicações e seus paradigmas (WERTHEIN, 2000, p.2).

No entanto, é preciso compreender, como destaca Werthein, que as transformações na sociedade da informação não resultam, como alguns acreditam, da evolução tecnológica sem sofrer interferências sociais e políticas. O autor explica que “processos sociais e transformação tecnológica resultam de uma interação complexa em que fatores sociais pré-existent, a criatividade, o espírito empreendedor, as condições da pesquisa científica afetam o avanço tecnológico e suas aplicações sociais” (WERTHEIN,2000, p.2).

O fluxo internacional de informação em escala global tem início no século XIX, com o desenvolvimento das novas tecnologias que levaram a uma ampliação da relevância dos meios de comunicação. O processo da globalização insuflou as transformações. O desenvolvimento tecnológico e a informação passaram a serem fatores chave do novo paradigma social. Unem-se a isso as mudanças nas esferas socioeconômicas que, inseridas em todos os países pela busca da homogeneização, fizeram com que as barreiras de tempo e espaço fossem quebradas.

O autor lembra que os novos paradigmas tecnológicos trouxeram possibilidades como a “educação à distância, bibliotecas digitais, videoconferência, correio eletrônico, grupos de “bate-papo”, e também voto eletrônico, banco *on-line*, *video-on-demand*, comércio eletrônico, trabalho à distância, são hoje parte integrante da vida diária na maioria dos grandes centros urbanos no mundo” (WERTHEIN,2000, p.5).

Assim sendo, correu um inter-relacionamento e estabelecimento de troca de informações entre os povos, através da mediação do sistema de comunicação globalizado, possibilitado pelo desenvolvimento tecnológico que permite a queda das barreiras espaciais tornando o mundo menor, aproximando as distâncias e substituindo o tempo de longa duração pelo tempo da velocidade.

Nesse contexto, em que a informação é fundamental para deter o poder econômico e político, a mídia passou a atuar como agente operacional da globalização. Em outras palavras, a comunicação de massa passa a ser utilizada visivelmente ou de forma subliminar para a formação de uma consciência global. As características do campo da comunicação e o “poder” que este detém na nova configuração alterou a contemporaneidade, como explica Weber. “O campo da comunicação altera continuamente o mapa da contemporaneidade ao interferir ininterruptamente no funcionamento das relações sociais, culturais, econômicas e políticas” (WEBER et al, [2004] p.1).

As transformações trazidas pelo desenvolvimento da informação e pela “facilidade” de acesso fez com que outros campos precisassem se adequar à linguagem midiática. A política assim como outros setores acabou passando por uma transformação, como explica Rubim ao dizer que. “A Idade Mídia redimensiona e ressignifica a política” (RUBIM, 2000b, p.50).

Para compreender, isso é necessário entender o que é o campo da política. Segundo Pierre Bourdieu, o campo político é um espaço relacional de forças que geram produtos políticos condicionados pela concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos. “O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada” (BOURDIEU, 1989, p. 164).

A globalização e com a evolução tecnológica, conforme Ianni, “modificam-se mais ou menos radicalmente as condições sob as quais se desenvolvem a teoria e a prática da política” (IANNI, 2003, p. 2). Alia-se a isso o fato de que contexto das transformações sociais e da redefinição do estado democrático fez com que ocorresse uma mutação na política. No Brasil ocorreu uma revalorização das práticas políticas no período da redemocratização quando houve um maior envolvimento popular. Nesse sentido, não só a política partidária passou por transformações e, segundo Rubim, as campanhas eleitorais também sofreram um processo de mutação. No ano de 1989, o horário eleitoral gratuito passou a ser um dos grandes eixos das campanhas associado aos outros atos políticos como: pesquisas, marketing e debates eleitorais (RUBIM, 2001a, p. 7). Entretanto, após a redemocratização, posterior ao regime militar, aconteceu um enfraquecimento do caráter ideológico - um dos possíveis fatores foram os escândalos políticos que envolveram o governo Collor e culminaram no processo de impeachment.

A sociedade contemporânea globalizada com as transformações políticas e econômicas tem, como resultante, uma individualização das pessoas e diminuição da participação popular na política. “Seguindo os vários princípios democráticos e apelando a

uma democracia mais participativa e deliberativa, confrontamo-nos hoje com uma sociedade cada vez menos crítica, analista (...)” (MIDÕES, 2009, p.1). A própria política ideológica entrou em descrédito⁴, houve um enfraquecimento dos partidos⁵ e, posteriormente, uma queda da credibilidade política.

Assim sendo, a falta de participação popular direta, seja através das esferas públicas ou da democracia participativa, continua sendo uma deficiência no sistema. O caráter mais ideológico da política perdeu espaço. Une-se a isso, o fato de que sociedade vem se mostrando, a cada dia, mais desiludida com a política, seja pelos escândalos, como a corrupção, ou por outros fatores, como a dificuldade de acesso ou de entendimento.

A mentalidade de que a temática política é somente para os políticos e estudiosos da área, ainda se faz presente na sociedade contemporânea. Esquece-se que todos, grosso modo, são seres políticos e atuam na política; porém, a compreensão de que política não é somente partidária é pouco difundida. Esse desinteresse da população pela política e por temas que afetam suas vidas, diretamente, abriu espaço para que mais problemas surgissem. Com a população não fiscalizando ou acompanhando a ação de seus representantes, alguns se sentiram “livres” do compromisso com o dever público. Além disso, uma parte dos políticos, com índole duvidosa, usa desse desamor da população para fazer negócios escusos. Na realidade, trata-se de um rolo compressor; de um lado a população não gosta e se mantém afastada de política e do que os seus representantes fazem, não cobrando ações nem lembrando suas promessas de campanha; assim, sem os olhos de lince da população, da mídia, abre-se uma brecha para que os políticos deem prioridade aos seus interesses (partidários e/ou pessoais) e se distanciam da população. Do outro lado os políticos, (não se pode generalizar) desconhecem o desejo “real” do povo que representam.

Ao criticar os políticos, a ação dos parlamentares, muitas vezes esquece-se que a população, em sua grande maioria, também não faz a sua parte para a manutenção da democracia. É interessante questionar: quem conhece os seus parlamentares ou lembra seu voto nas últimas eleições - o motivo da escolha? Um estudo realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2010, com 2 mil pessoas de todo o país, mostra que, um mês após o primeiro turno, mais de um quinto dos eleitores não lembra em quem votou para os cargos de

⁴ Baquero explica que a democracia brasileira está passando por um processo de degradação. Isso explica “o pouco apego e confiabilidade que os cidadãos brasileiros depositam nas suas instituições políticas” (BAQUERO, 2001, P.7).

⁵ De acordo com Baquero “O papel dos partidos políticos se vê hoje comprometido na sua função de agregação de interesses, pela insuficiência da consolidação democrática” (BAQUERO, 2001, p.7). O autor explica que hoje há “uma reconversão da representação política que tem se orientado na defesa dos interesses privados” (BAQUERO, 2001, p.7), basicamente ocorreu uma transformação da ideologia partidária para a privada.

deputado e senador (TSE, 2010). A questão da representação política parece algo para ser lembrado ou citado somente durante o pleito – exemplo disso é que muitos sequer sabem quantos são os vereadores, o que faz um prefeito – o que é de responsabilidade de cada poder.

Parte da população acredita que só participa da política no momento da escolha de um representante; é interessante refletir sobre isso apesar deste não ser o tema, principal, do presente estudo. Na sociedade democrática, a eleição existe devido à impossibilidade física dos cidadãos de participarem das decisões políticas, como acontecia na Grécia, lembrando que, naquele período, o conceito de cidadão era bastante diferente do atual. Na democracia representativa a sociedade influencia as decisões públicas através da escolha meritória e popular ressaltando que a participação não deveria se restringir a este período – no qual todos são obrigados a opinarem mais efetivamente. Esta seleção do representante deve ser feita embasada no conhecimento, através da divulgação do ideário e programa de governo, do candidato que melhor explicita as necessidades de uma determinada camada social, classe ou município.

A visão que a sociedade tem dos candidatos/políticos decorre pela representação midiática. Como há falta de interesse popular pela temática, muitas vezes os cidadãos só têm acesso às informações ligadas aos seus representantes quando ocorrem os grandes escândalos. Assim sendo, é a partir do que a mídia apresenta que a população aclara a visão sobre a ação dos políticos. Esta influencia e ajuda a formar a opinião pública.

Os meios de comunicação, escolhendo os temas que vão destacar, estão a formular a agenda do público, pois será acerca destes temas que incidirá o debate no espaço público, e estes serão a base da formação da opinião pública (MIDÕES, 2009, p. 11).

Essa influencia perpassa por ações comportamentais e possibilita indiretamente, a forma de pensar ver o mundo. Ainda hoje há pessoas que absorvem as informações reportadas pela mídia como verdades absolutas sem, muitas vezes, questionar o porquê desta notícia ou de tal fato -tendo uma crença “cega” de que o que é apresentado é a realidade não analisando quais interesses podem estar em jogo. No entanto, a sociedade vem se deparando com as novas configurações políticas e a limitação do acesso da população aos domínios da política é considerada como um fator essencial para assegurar a estabilidade dos regimes democráticos.

2.2 NOVAS CONFIGURAÇÕES DA POLÍTICA

As novas tecnologias da informação mudaram as práticas políticas e, conseqüentemente, houve uma profissionalização das campanhas eleitorais. Nesse aperfeiçoamento comunicacional ocorreu a inclusão de novas linguagens além das ações tradicionais da política - as propagandas eleitorais e a transformação do espaço geográfico, (no qual um político tinha de cumprimentar o maior número de pessoas) - em espaço virtual (no qual este aponta para uma quantidade infinita de público com diversos interesses através dos meios de comunicação). Como explica o pesquisador e escritor Rubim⁶ ao dizer que na sociedade contemporânea, diferente da moderna, uma parte significativa da política não acontece no espaço convivencial (RUBIM, 2010). Nesse contexto, a mídia passou a ter papel central nas práticas políticas e na consolidação democrática; assim sendo, as disputas eleitorais acontecem e são ambientadas pelos meios de comunicação de massa e ocorrem em espaços virtuais cuja linguagem o político não domina.

Na contemporaneidade, conforme descrito anteriormente aconteceram importantes transformações em todas as esferas da sociedade. E com os meios de comunicação tendo maior relevância devido ao desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, as dinâmicas comunicacionais se reformularam; exemplo disso, foi a profissionalização da política, dos políticos e seus discursos.

Intrínseca à sociedade e ao campo da comunicação a política também sofreu uma metamorfose. O campo da política bem como o local de debate público se alterou; na Grécia antiga os debates eram realizados na praça pública – denominada ágora. Segundo Cortez:

Nos espaços públicos gregos se exercitava a cidadania através da comunicação entre os participantes. Os pressupostos de liberdade e igualdade presentes nessa cultura fundavam um modelo de ação política baseado no uso da palavra muito diferente das relações de domínio e subordinação, presentes no mundo do trabalho e da vida privada contemporânea (CORTEZ, 2007, p. 145).

O conceito de cidadão mudou no decorrer dos anos – em Atenas eram considerados cidadãos os proprietários de terras e o grupo mais poderoso. Já, escravos, estrangeiros (chamados de metecos) e mulheres não eram considerados cidadãos da Polis e estavam impossibilitados de participar do debate público. Posteriormente, adotou-se o conceito de que todos são cidadãos, porém, com a impossibilidade de participarem diretamente, a solução encontrada foi a representatividade. Outrora era muito importante o contato dos políticos com

⁶ Entrevista concedida a Priscila Fernandes, no dia 03 de maio de 2010, durante o I Curso de Gestão e Financiamento da Cultura, em Curitiba (PR).

as massas, havia os famosos corpo-a-corpo nos comícios. No entanto, com o advento da comunicação a mídia passou a ser o principal instrumento de contato entre representantes e representados o que foi ampliado à medida que foram proibidas pela Justiça Eleitoral ações como os showmícios. Veículo de contato entre a elite política e os cidadãos comuns, a mídia, de alguma forma, passou a substituir os esquemas políticos tradicionais (MIGUEL, 2004).

Diante disso, houve uma profissionalização da política a partir da comunicação onde a linguagem política foi invadida pela midiática. Entretanto, isso não acontece somente no período da campanha eleitoral. “Um mandato sem ter uma aparição na mídia e, sim, só no momento eleitoral, por mais que se recorde de alguma ação, não vai resolver as coisas. Então, ele sobrecarrega demais o momento da campanha porque não fez um trabalho de comunicação o tempo todo. Quer dizer, o bom político, hoje em dia, vai fazer e vai cuidar de um trabalho de comunicação o tempo todo (RUBIM, 2010).

Essa midiática da política se deve a vários fatores. Para Weber, Pereira e Coelho, as fontes de comunicação exercem influência social através do seu "poder" constituído “(...) pela inequívoca capacidade do campo de mostrar e informar, debater e divertir o mundo, reordenando tempo, espaço e sugerindo comportamentos e modos de conhecer, entender e disputar um lugar neste mundo.” (WEBER, PEREIRA, COELHO [2004] p. 1). Historicamente, a capacidade de participação no comportamento político brasileiro, através do convencimento midiático, inaugura-se, mais efetivamente, após o fim da ditadura militar, com a abertura política e a reinserção da liberdade de imprensa. Nesse contexto, a mídia passa a ter papel central nas práticas políticas e na consolidação democrática. No entanto, a utilização da propaganda e da comunicação para difusão de ideais tem como marco o Estado Novo, período em que Getúlio Vargas governou o Brasil; bem como, durante o regime militar no qual a mídia era calada e só podia repercutir o que o governo permitia.

Para Rubim, a política foi transformada pela modernidade. A Idade Mídia, como é conhecido o período atual, trouxe grandes repercussões em vários âmbitos da sociedade, entre eles na política. Convém, nesse instante, adotar a afirmativa teórica de que a política está se enquadrando nas normas e regras do discurso midiático tendo em vista adquirir visibilidade social.

A ascendência do campo da comunicação sobre a política está no seu poder e conceder visibilidade e é esta que fornecerá insumos para que sujeitos e instituições do campo político construam sua credibilidade (agregar valor simbólico) para disputar (WEBER, et al, [2004], p.5).

A mídia pauta as discussões do público e da política e é por ela pautada, como explica Rodrigues em *Imprensa e congresso, como a mídia pauta a política*, no qual a autora observa que o poder midiático, externo ao público, define o que estará na pauta de discussões, denominado de teoria da agenda setting⁷. O conceito explica que a imprensa influencia o pensamento e o comportamento, sendo uma referência de enquadramento. Rodrigues, embasada na teoria da comunicação, explica que os jornalistas determinam a agenda do público (RODRIGUES, 2002, p.25). Na era atual, a mídia passa a ter centralidade na formação da opinião pública e, consciente disso, os seres políticos contemporâneos ajustam-se a estas transformações.

O controle sobre a agenda e sobre a visibilidade dos diversos enquadramentos, que alicerça a centralidade dos meios de comunicação no processo político contemporâneo, não passa despercebido dos agentes políticos, que hoje, em grande medida, orientam suas ações para o impacto presumível na mídia (MIGUEL, 2004, p.3).

Por isso, os homens públicos necessitam ter uma visão mais ampla da importância da comunicação e saber como utilizar-se de suas ferramentas para permanecer em destaque na sociedade. Essa importância da comunicação torna-se mais visível durante o período das campanhas eleitorais. No que se refere à relação entre campanha eleitoral e os meios de comunicação na atualidade:

Pode-se dizer que se durante o século passado e o primeiro terço do XX os comícios eram a essência de qualquer campanha eleitoral, agora esse papel central é desempenhado pelos meios e, especialmente, pela televisão (ALONSO, 1989 apud RUBIM, 2000, p. 97).

A diminuição do pensamento crítico social fez com que a população fosse submetida aos temas que os meios de comunicação de massa oferecem nos programas jornalísticos ou de entretenimento. Habermas explica as mudanças na sociedade, trazidas após o advento dos meios de comunicação de massa, que fez com que houvesse uma ampliação da esfera pública, porém perdendo o seu caráter político à medida que se adapta para tornar-se de fácil entendimento a todos. (HABERMAS, 1984, p.200).

O autor explica que, enquanto acontece uma ampliação do público nos meios de comunicação, a imprensa politicamente pensante perde a influência (HABERMAS, 1984,p.200). Essa ressalva, feita pelo autor, pode ser exemplificada com a utilização do

⁷O pressuposto básico da teoria do agendamento é a capacidade que a mídia tem de determinar a agenda do público por meio do que destaca como prioridade. A ideia desta teoria é dividir os assuntos da sociedade em agendas (política, pública e jornalística) que são apresentadas ao público (MATTOS, [2006] p.1).

entretenimento na televisão - a indústria do espetáculo. De um lado a política se adequa a linguagem das comunicações de massa, do outro a população fica cada vez mais distante da política.

Entretanto, com o advento das novas tecnologias de comunicação e de acesso a informação, há novas perspectivas de participação popular. De acordo com Paggi, “El mundo se convirtió en una aldea global, hiperconectada y crecientemente fragmentada en lo político. Las nuevas tecnologías de la información llegaron para quedarse, y en algunos casos, para transformar con su avance las prácticas políticas tradicionales” (PAGGI, 2007, p.1).

2.3 INTERNET

Na sociedade atual, com as novas tecnologias de comunicação e informação, surgiram novas possibilidades de interação que são exponencialmente maiores que as dos outros meios de comunicação.

A internet potencializa as características de diversos meios e tecnologias, ou seja, há o áudio, a imagem, o vídeo, o texto; assim, a rede foi crescendo e incorporando as evoluções tecnológicas que apareciam. Como já foi tratado acima, houve uma reconfiguração social e várias ações que aconteciam no espaço real/geográfico passaram a acontecer em um espaço virtual⁸. Em um primeiro momento, esse espaço era o dos meios de comunicação de massa, porém, o advento da rede mundial de computadores potencializa essa virtualização⁹. Esse espaço se potencializa através da rede mundial de computadores denominado ciberespaço; o que seria uma espécie de não lugar.

Este, de acordo com Pierre Lévy, a palavra foi inventada por William Gibson, no livro de ficção científica “Neuromancer”, em 1984. No livro de Gibson, “o termo designa o universo das redes digitais”. Para o autor, esse novo meio, ciberespaço¹⁰, coloca em sinergia e interface os dispositivos de informação, de gravação, de comunicação e de simulação, aquilo que faz parte das codificações digitais porque, através delas, a transmissão de conteúdos e informações se torna “fluida, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual” (LEVY, 1999, p. 92-93).

⁸ De acordo com Levy, virtual vem de latim medieval *virtualis*. Na filosofia escolástica, é virtual aquilo que existe em potência, mas não em ato (LEVY, 1996 p.15).

⁹ A virtualização não é uma desrealização (transformação de uma realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade do objeto (LEVY, 1996 p.18)

¹⁰ Espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores (LEVY, 1999, p92).

Alia-se a isso, o fato de que as tecnologias de informação aumentam o alcance da comunicação humana no espaço e no tempo, com isso as noções temporais foram modificadas consequência da globalização o que causou mudanças nas esferas socioeconômicas. Este fenômeno é explicado por Harvey, como a ocorrência de queda das barreiras espaciais, tornando o mundo menor, aproximando as distâncias e substituindo o tempo de longa duração pelo tempo da velocidade. Na pesquisa sobre o tempo-espaço ele descreve que ocorreram:

(...) processos que revolucionaram as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Uso a palavra ‘compressão’ por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós (HARVEY, 1989, p. 219).

Devido à transformação das noções de tempo e espaço, aparentemente, as distancias diminuíram, houve uma aproximação - não física mas virtual, ou seja, hoje as pessoas têm acesso a informação de vários lugares do mundo, é possível se comunicar em tempo real com outros países – tudo devido a evolução tecnológica. A globalização exterminou as noções de território e, hoje, a informação é mundial. Por este e outros motivos a rede mundial de computadores é considerada uma revolução na comunicação trazendo, inclusive, novas formas de sociabilidade. Segundo Recuero:

A Internet, no entanto, através da Comunicação Mediada por Computador proporcionou a extensão de várias capacidades naturais. Não apenas podemos ver as coisas que nossos olhos naturalmente não vêem. Podemos interagir com elas, tocá-las em sua realidade virtual, construir nosso próprio raciocínio não linear em cima da informação, ouvir aquilo que desejamos, conversar com quem não conhecemos. “Fundamentalmente, podemos interagir com o que quisermos” (RECUERO, 2000).

No entanto, é preciso refletir como isso afeta a realidade brasileira tendo em vista que o acesso à internet vem crescendo no Brasil. Segundo dados da ComScore, o país ocupa o oitavo lugar da audiência mundial da internet (COMSCORE, 2011). Esse número deve aumentar à medida que cresce o acesso à rede mundial de computadores. Segundo essa pesquisa, “o Brasil possui atualmente a maior população online da América Latina, com cerca de 40 milhões de usuários acima de 15 anos que acessam a internet de casa ou do trabalho” (idem, 2011).

Para Wolton existem três palavras que são essenciais para compreender o sucesso das novas tecnologias: “ Autonomia – agir sem intermediário, sem filtro, sem hierarquia, quando quiser; Domínio – atuar e perceber o resultado imediatamente; Velocidade – poder ir além das escalas habituais de tempo, navegar sem a necessidade da presença do outro” (WOLTON, 2007). Esse papel importante da internet, na democracia, pode ser exemplificado pelo fato de que as Nações Unidas (ONU) passaram a considerar que impedir o acesso à informação pela web infringe o Artigo 19, parágrafo 3, do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, de 1966. Essa definição se baseia na conclusão de que todo cidadão possui direito à liberdade de expressão e de acesso à informação por qualquer tipo de veículo. Os governos com linhas mais ditatoriais ou colonialistas se mantêm graças ao estrito controle da informação construído a partir de uma falsa imagem de normalidade. Em locais nos quais a mídia não pode mostrar determinadas informações pela censura, a web surge difundindo casos de desrespeito à liberdade, etc.

O advento da internet trouxe novas possibilidades de interação do receptor com o produtor da informação e modificando o pólo de transmissão da informação. Assim sendo, a mídia deixou de ser a única responsável pela seleção e difusão da informação. A rede mundial de computadores, a partir de suas ferramentas, possibilita que todos que tenham acesso a ela e possam, se desejarem, produzir informação seja verdadeira ou não. Segundo Recuero, com a internet a informação passa a constituir a matéria-prima de nossa sociedade, fonte não apenas de capital, mas também de poder.

Em um espaço inteiramente constituído de informação, como a Internet, passa a ter um papel central nessa nova sociedade, tanto em termos de circulação de capital, como em termos de reconfiguração do espaço e das relações sociais. Este espaço, denominado por muitos, como ciberespaço, ou espaço virtual é o cerne da revolução desta virada de século. O ciberespaço é um não-lugar. Não concreto, não físico, mas, real” RECUERO, 2000).

A possibilidade de se comunicar de forma simples e efetiva na esfera pública permite aos indivíduos passar de leitores e ouvintes passivos a potenciais falantes e participantes em conversas. De acordo com Levy, o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que ampliam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas como a memória (ex: banco de dados, arquivos digitais), imaginação (simulações), e percepções (sensores digitais, telepresença, realidades virtuais), raciocínio (inteligência artificial), etc. Levy descreve que as

tecnologias intelectuais favorecem as novas normas de acesso à informação, novos estilos de raciocínio e conhecimento, etc. (LEVY, p. 1999, 157).

O autor diz, ainda, que uma das principais funções do ciberespaço é o acesso à distância de diversos recursos de um computador (LEVY, 1999, p.93). Em outras palavras, as novas tecnologias e sua capacidade de acesso ilimitado às informações gerariam um conhecimento ilimitado e, como consequência, ares de emancipação individual. De acordo com Rothberg:

A internet pode promover engajamento cívico em parte devido a sua flexibilidade ao permitir aos usuários acessar informações sob demanda, receber notícias de maneira conveniente, aprender sobre diversos pontos de vista, personalizar conteúdo de acordo com seus interesses e avançar em profundidade em torno de assuntos de interesse. (SHAH et al. 2005, p. 535, apud ROTHBERG, 2008, p.4).

A sociedade moderna precisou se adequar às novas tecnologias adotando estratégias que se incorporam a essa nova fase; se junta a isso, que a internet propicia acesso à informações sem as mediações propostas pela mídia convencional – ou seja concede uma emancipação social dando voz aos marginalização (excluídos do processo comunicacional). Em outras palavras a comunicação digital teria uma gama de possibilidades democráticas como: mobilizar e propiciar o ativismo, a comunicação político-partidária, comunicação governo-cidadão – só para citar alguns exemplos mais diretamente relacionados a política.

Assim, surgem mecanismos de interferência dos cidadãos para além das ocasiões eleitorais – falando mais especificamente referente sobre política. “Os mecanismos de participação democrática proporcionados pelas novas tecnologias representam a possibilidade de alargamento do espaço público e a consequente inserção organizada de setores diversos nos processos de definição de políticas públicas” (ROTHBERG, 2008, p.1). Se, por um lado, a mudança das ações da política da esfera geográfica - do corpo-a-corpo, para a esfera virtual -seja através do horário eleitoral gratuito ou de sites e fóruns na internet, parece ser algo temporariamente irreversível. A tecnologia traz possibilidades positivas.

A antiga praça pública está se transformando em praça virtual planetária. Toda a questão do ponto de vista político será como organizar os debates e as tomadas de decisões a partir destes meios técnicos cibernéticos que são os computadores supercibernéticos que são as redes de computadores, tais como a Internet, por exemplo. Sem dúvida, a Internet é um dos acontecimentos político-culturais mais significativos deste final de século e está revolucionando completamente as formas de produção, distribuição e consumo da informação e do conhecimento - as principais mercadorias da sociedade pós-industrial (CANDIDO, 1997, p.3).

Pensar na introdução das novas tecnologias de comunicação e informação como ferramenta para a cidadania, até há alguns anos, parecia algo irreal. Até porque, durante muito tempo, as novas mídias e meios de comunicação e interação eram vistos com desconfiança por cientistas sociais e profissional da comunicação e política. Se uns viam como fator alienante, outros acreditavam a internet não poderia vir a contribuir para a política. Entretanto, há visões mais otimistas, como a de Fonseca Junior, que acredita que:

Como sistema emergente, a internet surge como um ambiente democrático e descentralizado que permite a participação direta de todos que estiverem conectados e interessados em participar da política e ajudar a construir esta nova sociedade em rede (FONSECA JÚNIOR, 2009, p.2).

A difusão crescente do acesso a internet e outras novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) aumentaram a possibilidade de divulgação de informações. Assim, as novas ferramentas passaram a ser vistas, por pesquisadores, com um potencial de propiciar a participação da sociedade, sendo uma espiral da esfera pública – pois, na rede, a comunicação é “multidirecional” e faz com que todos sejam potencialmente emissores e receptores das mensagens, ao contrário dos veículos de informação tradicionais nos quais era unidirecional: a mídia decidia publicar ou emitir alguma informação e os leitores ou ouvintes a consumiam.

(...) com o advento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação -NICT's, surge a possibilidade de criação de novos institutos democráticos, imaginados a partir da participação direta do cidadão na política mediante o uso das novas tecnologias, em especial, da internet” (FONSECA JÚNIOR, 2009, p.1).

Assim sendo, diminuem a distância entre representantes e representados e os custos da informação política, estas que outrora eram apontados como entraves da participação ativa dos cidadãos na vida política. As novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) propiciam o surgimento de uma possibilidade maior de comunicação – assim, a distância real, apesar e ainda existir, dá lugar a proximidade virtual.

2.3.1 Internet e política

Atualmente fala-se em política 2.0, isto é de um lado os políticos estreitam as ligações com os eleitores e ao mesmo tempo a população usa as potencialidades da rede mundial de computadores para se manifestar. O uso político da internet pelos atores da democracia começou tendo como função dominante a difusão e disponibilização de informações voltadas à promoção. Entretanto, posteriormente, com as redes sociais e o novo contexto

socioeconômico, as potencialidades interativas passaram a ser vistas como favoráveis pelos políticos. A utilização da internet é considerada uma tendência na comunicação eleitoral e na política, facilitando o contato dos políticos com seu eleitorado. Canavilhas explica que:

(...) a partir da segunda metade da década de 90, os partidos encontraram na Web uma nova ferramenta para o processo de comunicação política. Após uma fase inicial algo incipiente, em que os sites serviam apenas para disponibilizar os programas eleitorais, a oferta diversificou-se, com novos conteúdos e novas aplicações. Esta diversidade permite dizer que actualmente os dispositivos online reúnem quase todas as características dos dispositivos tradicionais, permitindo um acesso directo ou indirecto, em tempo real ou diferido, assumindo qualquer formato e tendo uma audiência global sem perder a possibilidade do contacto pessoal (CANAVILHAS, [2009], p. 6).

A internet e o seu emprego, no período que precede o pleito, através de ferramentas - desde os tradicionais sites de campanha até a participação dos dois candidatos nas redes sociais - configura um exemplo de como a evolução tecnológica atinge os mais diversos setores da sociedade, entre eles o da política e da eleição. Orihuela, em seu discurso no I Congresso Iredes sobre o papel que as redes sociais terão na política exemplifica-o , através do caso da Espanha. Segundo ele, naquele país “os partidos políticos ganharão ou perderão as eleições, com as mídias sociais (não graças a elas, nem por culpa delas, e sim com elas)” (ORIHUELA apud ROSSI, 2011, p.13).

Quando se fala do uso da internet como meio de comunicação eleitoral, a campanha para a presidência dos Estados Unidos, realizada por Barack Obama, é considerada um marco midiático. Isso porque, com a sua utilização, ele conseguiu levar informações ao seu público, além de obter um retorno rápido do eleitorado. Segundo Canavilhas, a experiência de Obama trouxe inovações para a prática da comunicação nas campanhas eleitorais.

Na mais recente campanha norte-americana, a Internet foi de novo um elemento importante na manobra de um candidato, Barack Obama, que utilizou quase todas as aplicações online disponíveis no momento. Obama criou espaços nas várias redes sociais, (Obama Everywhere) e só no Facebook chegou aos 320 mil utilizadores (CANAVILHAS, [2009], p. 2).

No entanto, é preciso saber usar de maneira correta essa ponte entre políticos e eleitores. De acordo com a psicóloga social Dolores Reid, “mais do que a ideologia, agora que o povo tem uma voz mais audível do que nunca, não há desculpa possível para não escutá-lo, constantemente e atentamente, durante as 24 horas do dia. Qualquer político, qualquer administração será muito pequena hoje se não se alimentar das ideias de seus administrados (REIG apud ROSSI, 2011, p.14).

Em outras palavras, um dos grandes diferenciais da utilização da web nas campanhas eleitorais é o permitir a participação dos usuários da rede no processo. Segundo o professor da Universidade de Navarra, os partidos que usarem as mídias sociais terão de acolher os projetos e demandas da população em seus programas eleitorais (ORIHUELA apud ROSSI, 2011, p.13). A integração das redes sociais na campanha trouxe novas perspectivas de participação.

No entanto, com o advento de ferramentas mais simples de produção e publicação de mensagens pelos internautas e o crescimento exponencial na utilização e sofisticação das media sociais como Facebook, MySpace e Youtube, a questão da mobilização, do engajamento e do ativismo toma outras proporções nas experiências e discursos na literatura dedicada às Campanhas Online (GOMES e AGGIO, 2009, p.13).

A internet, seja através da possibilidade de interação com os eleitores pelas redes sociais ou do site, no qual são postados os produtos da assessoria, é considerada uma alternativa de comunicação política: “(...) Graças a este novo meio, a política parece ter encontrado uma forma de retomar o contacto directo com o eleitorado, evitando assim uma intermediação jornalística que não controla” (CANAVILHAS, [2009], p. 1).Essa explanação de Canavilhas vai de encontro ao pensamento de uma ideia difundida de que com a internet, aparentemente, todos podem ser produtores da informação desde que tenham acesso às ferramentas tecnológicas.

2.3.2 Internet e participação

No âmbito comunicacional, o advento da rede mundial de computadores trouxe várias inovações e as instituições públicas e privadas acabaram aderindo. Assim sendo, hoje, os cidadãos têm acesso a informações que os agentes estatais detêm, tais como características e detalhes das obras propostas, bem como, a cada momento, fala-se mais na importância da transparência. Em contrapartida a isso, o poder público tem retorno mais rápido sobre como a população vem recebendo suas ações. O direito do cidadão de ter acesso às informações, seja através da rede de computadores ou de outras ferramentas, veio para ficar; exemplo disso, são os programas de transparência dos governos bem como a lei de acesso à informação¹¹.

¹¹ A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (CGU, 2012)

De maneira mais informal, a participação de agentes públicos nas mídias sociais e canais de comunicação têm possibilitado um diálogo mais próximo entre eles e a população – embora seja, muitas vezes, mediado por um assessor de comunicação. Não há como negar que se trata de um começo, vários exemplos disso vêm acontecendo. Um deles ocorreu em Mafra (SC), neste ano de 2012, no qual o secretário de Desenvolvimento Urbano, Milton Antunes, passou a acompanhar as queixas da população em relação aos problemas da cidade como: estado das pavimentações, situação de praças etc. As pessoas ao constatarem que ele usava o Facebook passaram a postar em suas páginas algumas reivindicações as quais ele respondia na página. Às vezes, as respostas não eram as esperadas, mas havia um *feedback*. É inegável que, por se tratar de uma cidade de pequeno porte na qual as pessoas se conhecem, este contato direto se torna mais fácil; mas, este é um exemplo do qual pode-se dizer que a evolução tecnológica resulta em avanço na cidadania tornando-a possível, além de mais ágil e efetiva.

Os movimentos sociais, não governamentais, tiveram a mesma percepção que os partidos políticos e instituições passaram a se apoiar nas novas tecnologias para conseguir que os cidadãos tenham conhecimento do que vem acontecendo no país, além de adequarem as suas mensagens para as ferramentas. Com o advento das redes sociais as possibilidades são ampliadas, pois o retorno é imediato: a partir do momento em que se lança uma informação na rede a mesma fica à disposição de todo um grupo de pessoas interessadas, ou não, no assunto.

Assim, potencializam-se os espaços de debate. Segundo Rothberg “o conceito de esfera pública tem sido reformulado para abranger a diferenciação trazida pelos espaços de conversação na internet”. Gitlin (1998) apud Rothberg.

(...) e-mails, blogs, chats, petições e fóruns online significam a possibilidade de que diversos públicos se organizem e dialoguem, dando corpo a microesferas públicas que representam a chance de instauração de um novo patamar de democracia (GITLIN, 1998 apud ROTHBERG, 2008, p.7).

Paggi, em seu estudo, lembra que, no período atual, os jovens encontram poucos atrativos para participação política. Em contrapartida, os celulares e a internet surgem como grandes ferramentas de comunicação. No entanto, as novas tecnologias, ao mesmo tempo em que são excludentes para uma grande parcela da população trazem, potencialmente, novas perspectivas de inclusão e participação social.

Nesse contexto, surgem os conceitos de ciberespaço e democracia eletrônica. O termo ciberespaço, como define Levy, indica a abertura de um espaço de comunicação qualitativamente diferente daqueles que conhecíamos antes dos anos 80 (LEVY, 1999, p.193).

O ponto fundamental é que o ciberespaço, conexão dos computadores do planeta e dispositivo de comunicação ao mesmo tempo coletivo e interativo, não é uma infra-estrutura: é uma forma de usar as infra-estruturas existentes e de explorar seus recursos por meio de uma interatividade distribuída e incessante que é indissociavelmente social e técnica (LEVY, 1999, p.193).

De acordo com Silva, a maioria dos pesquisadores admite a potencialidade comunicativa das novas TIC's havendo, contudo, divergências quanto ao tipo e a intensidade de repercussão. Além disso, o trabalho descreve que há debates entre os estudiosos sobre o alcance da intervenção transformadora destas tecnologias, principalmente no que diz respeito à política (SILVA, 2005).

As visões mais positivas sustentam, predominantemente, a idéia de que o uso em larga escala das TIC's, seria capaz de transformar de modo significativo as relações sociais e políticas, possibilitando maior fluxo de informação, reforçando laços comunitários, revigorando a participação do cidadão e gerando, com isso, novas formas de relações com o poder. A formação desse novo espaço de discussão é visto por uma parte dos pesquisadores das ciências sociais e da política como algo positivo. “Os benefícios esperados com a implantação de tecnologias e práticas de democracia digital também podem ser caracterizados através do conceito habermasiano de esfera pública” (ROTHBERG, 2008, p.5). Como resultante disso o novo espaço de debate que é a:

(...) Praça Pública digital oferecerá não só a possibilidade do exercício do poder público do Estado (e, em certa medida, inclusive internacional, a expressão máxima da cidadania ecológica - o "cidadão do mundo"), mas colocará à disposição *de todos* grandes riquezas culturais, tais como a "memória cibernética" e o "conhecimento acumulado" de todas as gerações, condição sem a qual também a democracia mesma jamais poderá ser uma boa forma de governo” (CANDIDO, 1997, p.3).

Essa praça pública digital seria um início para uma mobilização aquém da rede. “(...) A ágora contemporânea inclui as redes sociais, mas essa praça não termina aí, não se limita às redes sociais. Se completa com a presença pública” (MARTINI apud ROSSI, 2011, p. 15). Une-se a isso, o fato de que as vozes marginalizadas no mundo presencial poderiam usar a *world wide web* para chamar a atenção dos poderes dominantes ou mesmo para colocá-los em situações de pressão, nas quais tais forças ficariam impedidas de ignorar as vozes marginalizadas. Ou seja, a voz de uma multidão de pessoas poderia exigir ser ouvida e

reconhecida pelo sistema político dominante (MITRA apud SAMPAIO, 2010). São exemplos de uso pela sociedade organizada os protestos da Líbia, Egito, Tunísia que ganham forças nas redes sociais. Talvez o mais significativo seja o caso da chamada Primavera Árabe – que foi uma onda de protestos, revoltas populares contra governos do mundo árabe que teve início em 2010. Segundo o Estadão, em diferentes medidas, a onda de revolta se espalhou por países como Omã, Argélia, Marrocos e Jordânia. As populações foram às ruas, organizaram protestos com o uso de redes sociais (ESTADÃO, 2011). Isso seria um exemplo de como a internet abre caminho para uma participação de usuários em diversos contextos geográficos.

É claro que não se pode ter uma visão míope sobre a internet vendo-a como grande salvadora da democracia, tão pouco, negar o seu papel. Segundo Sampaio, com a grande expansão da internet, muitos teóricos passaram a considerá-la como a solução desses diversos déficits democráticos, considerando que o anonimato possibilitado pela internet poderia diminuir as diferenças sócio-econômicas, e outros iam além e defendiam-na como a esfera pública proposta originalmente por Habermas (1984) e sua situação ideal de fala. “Tratar-se-ia de uma rede aberta e inclusiva de públicos sobrepostos que tem ligações temporais” (SAMPALIO, 2010, p.35). Por outro lado, uma segunda linha de pesquisa buscou evidenciar por pesquisas empíricas que essas novas ferramentas não acarretaram mudanças sensíveis no sistema político (SAMPALIO, 2010, p. 31).

É importante ressaltar que a rapidez e a grande quantidade de informações disponíveis para acesso através da rede mundial de computadores não significa, necessariamente, que as pessoas buscarão informações, podendo haver, inclusive, o contrário: o número de informações disponíveis ocasionaria uma desinformação, pois não é possível ter conhecimento de tudo o que está na rede. E, também não se pode esquecer que as mesmas potencialidades podem ser usadas de maneira negativa como propagar calúnias ou como acontece, algumas vezes, anunciar violência contra uma torcida organizada contrária.

Falando mais especificamente em relação à política e cidadania, um dos principais argumentos dos que defendem que a internet não detém tamanho potencial para o aumento da participação popular em todos os setores é a falta de acesso de uma parcela da sociedade às novas tecnologias. Entre os críticos/pessimistas, em relação à internet, os argumentos são que a rede tenderia a estratificar tendo em vista que são as elites que possuiriam maior acesso as perícias adequadas para utilizá-la com relevância política; além do fato de que a web fomentaria a comercialização, ou seja, as novas mídias se concentrariam nas mãos de poucos (SAMPALIO, 2010, P 36 - 37).

Entretanto, como destaca Serra, possibilitar o acesso e diminuir a defasagem tecnológica entre os diversos povos não representa, normalmente, uma oportunidade de desenvolvimento e maior participação nas decisões econômicas. (SERRA, 2002, p.3).

Outro ponto diz respeito à falta de acesso a computadores com internet – pois a participação através das novas tecnologias não é assegurada a todos. Em outras palavras, a internet ao tempo que poderia gerar a inclusão e participação acaba gerando nova desigualdade social. Como explica Castells, nem todos participam desse processo: “setores econômicos e sociedades locais estão desconectados dos processos de acumulação e consumo que caracterizam a economia informacional/global” (CASTELLS, 1999, p.120).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço público está sendo reconstruído a cada dia e a evolução tecnológica tem um papel importante nesse contexto. Os potenciais trazidos pela rede mundial de computadores de maior participação social, de acesso às informações, além de servir como uma ferramenta de comunicação direta entre representantes e representados é inegável. Segundo Gomes (2007), inúmeros autores da participação política na internet defenderam que a esfera civil poderia ter mais influência no sistema político, na produção da decisão política e administrativa, o que poderia gerar alguma forma de autogoverno civil ou, ainda, a democracia digital direta (GOMER apud SILVA). Ao permitir que as pessoas se mobilizem em todo o mundo, rapidamente e a baixo custo, ela passa a ser vista como uma ferramenta da democracia participativa.

Em todo o mundo, são vários os exemplos do uso da internet para difundir ideias, anunciar e convidar as pessoas para os protestos. Um exemplo é o caso do Exército Zapatista de Libertação Nacional. “Em 1994, uma ampla rede envolvendo ativistas de direitos humanos, movimentos diversos e simpatizantes da causa foi estabelecida, sobretudo através de e-mails e sites”. Se o Zapatismo foi a primeira insurreição iniciada virtualmente contra a ordem mundial em 1990, a Batalha de Seattle, 1999, foi a primeira insurreição contra o monopólio midiático (ROSSI, 2011, p.16). Outro exemplo é a Marcha das Vadias, realizado em 2011 – movimento internacional que começou em Toronto (Canadá) e acabou sendo realizado em várias cidades brasileiras – tendo como principal ferramenta de difusão as redes sociais.

À medida que a internet se difunde o seu uso na política é mais latente. A campanha municipal deste ano certamente terá o reforço da internet; pois este será um fator importante tendo em vista que a população está tendo mais acesso à banda larga ou a dispositivos móveis com conexão com a internet. Se o uso das novas tecnologias nas eleições de 2012 fará diferença nos resultados eleitorais não se pode afirmar, mas certamente, seu uso será efetivo. Inclusive, a Resolução Nº 23.370, que dispõe sobre a propaganda eleitoral e as condutas ilícitas em campanha eleitoral nas eleições de 2012, traz várias normas sobre o uso da internet. As regras para a eleição deste ano trazem normas mais claras sobre o uso da internet – sejam os sites, e mail, blogs, redes sociais, etc.

No entanto, ainda há várias barreiras a serem transpostas; entre elas, o abismo digital, ou seja, nem todas as pessoas têm acesso à rede mundial de computadores ou conhecimento técnico para isso; além da questão do anonimato que permite que pessoas dêem opiniões que

normalmente não dariam se pudessem ser reconhecidas o que abre brechas para xingamentos, preconceitos, etc. Como forma de enfrentamento a este problema a cada dia surge mais cursos básicos e gratuitos de informação que é um primeiro passo neste sentido; além das leis referentes a crimes virtuais. Vale ressaltar que garantir o acesso, entretanto, não significa necessariamente que as pessoas irão ter uma atitude mais cidadã a partir da rede ou que irão à busca de temas de interesse social. Porém, as possibilidades de uma verdadeira interatividade na internet dependem de um acesso aberto e livre.

É importante ter cautela ao se qualificar ou desqualificar uma ferramenta multifacetada como a internet; suas potencialidades são grandes assim como há pontos que precisam ser trabalhados como a democratização da rede. Certamente estas podem ser ferramentas para o exercício pleno da cidadania, porém, não adianta ter apenas o equipamento, há necessidade de uma cultura de participação. Salvadoras da democracia ou da cidadania? Certamente não, porém, o papel das redes digitais enquanto espaço de debate não pode ser negado, bem como o de eliciador e mobilizador.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática Reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: **São Paulo Perspectiva**. vol.15 no. 4 São Paulo Oct./Dec. 2001

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400011&script=sci_arttext&tlng=en

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989, p. 164.

CANDIDO, Celso. **A Construção da Ágora Virtual**. Disponível em:

<http://caosmose.net/candido/unisinos/af/AGORAVIRTUAL.htm> Acesso: 31/07/2011.

CANAVILHAS, João. **A Comunicação Política na Era da Internet**. [2009] Disponível em:

<http://www.bocc.uff.br/pag/canavilhas-joao-comunicacao-politica-na-era-da-internet.pdf>

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p

COMSORE. **Brasil ocupa oitavo lugar da audiência mundial da internet**, diz comScore.

Disponível em: <http://tecnologia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2011/02/09/brasil-ocupa-oitavo-lugar-da-audiencia-mundial-da-internet-diz-comscore.jhtm>

Acesso: junho de 2011.

CORTEZ, Glauco Rodrigues. **Ágora e mídia moderna: espaços de comunicação e jornalismo na antiguidade**. Estudos em Jornalismo e Mídia Vol. IV No 1 - 1o semestre de 2007

CGU - **Acesso à Informação no Brasil**. Disponível em:

<http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/acesso-informacao-brasil/index.asp>. Acesso 25 de setembro de 2012.

ESTADÃO. 2011. **Retrospectiva 2011: Primavera Árabe completa um ano**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,retrospectiva-2011-primavera-arabe-completa-um-ano,813589,0.htm>

FERNANDES, Gabriel. **Redes sociais redefinem ativismo entre os jovens**. 2011, p.1

Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2011/07/redes-sociais-redefinem-ativismo-entre-os-jovens/>

FONSECA JÚNIOR, José de Ribamar Lima da. **Governança e democracia eletrônica**.

Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/13772/governanca-e-democracia-eletronica>. Acesso: 25/07/2011.

- GOMES, Wilson e AGGIO, Camilo. **Campanhas online: O percurso de formação das questões, Problemas e configurações a partir da Literatura produzida entre 1992 e 2009.** Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT3/EixoII/campanhas-online-WilsonGomes-e-CamiloAggio.pdf>
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** Trad. de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- IANNI, Octavio. O Príncipe Eletrônico In: **Enigmas da Modernidade-Mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 139 – 166.
- LÉVY, Pierre. **O que é virtual.** 1996
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.
- MATTOS, Celso. **O agenda-setting e o discurso circular da informação.** [2006]. Disponível: http://www.ump.edu.br/midialogos/ed_01/artigos/Agenda%20Setting%20-%20Celso%20Mattos.pdf
Acesso: 01/06/10.
- MIDÕES Miguel. **Crise no Espaço Público, Agenda-Setting e Formação da Opinião Pública.** 2009.
- MIGUEL, Luis Felipe. Dossiê "mídia e política" In: **Revista Sociologia e Política. nº .22 Curitiba June 2004.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782004000100002&script=sci_arttext Acesso: 07/05/10.
- PAGGI, Alejandro. **Campanhas On Line - Las nuevas configuraciones de la política.** Setembro de 2007.
- RECUERO, Raquel da Cunha. **A internet e a nova revolução na comunicação mundial.** Disponível em <http://pontomidia.com.br/raquel/revolucao.htm>
- RODRIGUES, M.R. Imprensa e Congresso ou como a mídia pauta a política. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
- ROSSI, Cláudia. Mídias sociais: rumo à democracia participativa? **In: Sociologia.** São Paulo: Editora Escala, outubro/novembro 2011.
- ROTHBERG, Danilo. **Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100006
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação & Política.** Coleção Comunicação. São Paulo: Hacker Editores, 2000b. 136p.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Entrevista concedida no dia 3 de maio de 2010 durante o I Curso Gestão e Financiamento da Cultura em Curitiba.

- RUBIM, Antonio Albino Canelas . **A contemporaneidade como idade mídia**. Interface (Botucatu) vol.4 no.7 Botucatu Aug. 2000a. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832000000200003&script=sci_arttext&tlng=pt
- SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Participação política e os potenciais democráticos da internet** In: Revista Debates - dossiê comunicação e política, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 29-53, jan.-jun. 2010.
- SERRA, Cristiana. **A participação social na internet e o problema da exclusão**. Trabalho apresentado no XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.
- SILVA, Sivaldo Pereira. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, Oct. 2005.
- SODRE, Muniz. 1990. **A Máquina de Narciso**. São Paulo: Cortez, 2ed.1990.
- TELLES, André. **A Revolução das Mídias Sociais**. Cases, Conceitos, Dicas e Ferramentas. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda. 1a. edição, 2010
- TSE - **Mais de um quinto dos eleitores não lembra em quem votou no 1º turno**
Disponível em: - <http://www.nominuto.com/noticias/politica/mais-de-um-quinto-dos-eleitores-nao-lembra-em-quem-votou-no-1-turno/64628/>)
- TSE. <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-no-23-370-de-2012-consolidada>
- WEBER Maria H., PEREIRA; V. Marcos e COELHO, Marja P. **O voto, a rua e o palco (questões sobre comunicação & política)**. [2004] p. 24.
 Disponível: <http://www.bocc.uff.br/pag/midoes-miguel-crise-no-espaco-publico-agenda-setting.pdf>Acesso em: 29\04\10.
- WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. In: **Ciência da Informação**, 2000, vol.29, no.2, p.71-77
 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>
- WOLTON, Dominique. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. Trad. Isabel Crossetti. 2. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2007)